

A NOVA FORMAÇÃO DO OFICIAL DE MARINHA DO CORPO DA ARMADA

— Uma notícia, uma lembrança, uma opinião —

LUIZ EDMUNDO BRÍGIDO BITTENCOURT
Vice-Almirante (Re^{te})*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Parte I – A formação do oficial de Marinha do C.A. – Uma notícia, uma lembrança.

A FORMAÇÃO A NÍVEL ESCOLA NAVAL

A formação do meu tempo

A formação diversificada

As alterações de 1995 na EN

As alterações de 1999 para o ciclo pós-escolas

A FORMAÇÃO A NÍVEL CIAW

A FORMAÇÃO A NÍVEL EGN

A formação do meu tempo

As alterações de 1995 na EGN

Parte II – Uma opinião sobre a nova formação dos oficiais

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Pessoal x material

Competência e independência

A responsabilidade individual

O marinheiro x o técnico

A validade do curso

Navio x apoio

Os interesses da Marinha x a carreira do oficial

* NR: O autor foi Diretor do CIAW de 1975 a 77, da Escola Naval de 1977 a 1980 e do Ensino da Marinha de 1981 a 1984, quando passou para a reserva. Foi instrutor e encarregado do Curso de Especialização de Armamento para Oficiais de maio de 1958 a março de 1962, e fez parte do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra em 1975. Apresentou, com aprovação, dissertação sobre a Formação Diversificada para o Mestrado em Educação na UFRJ em 1993.

OPINIÕES ESPECÍFICAS

O afastamento de bordo

ANEXO A – Memorando nº 4 de 14 de março de 1997 do MM

ANEXO B – Quadro: cursos da EGN (autor)

ANEXO C – Carreira de planejamento

ANEXO D – Quadro: curso da EGN (EGN)

ANEXO E – Alocução de encerramento do C-EMOS/C-SUP - 1999

INTRODUÇÃO

Tive praça de aspirante em 1944 quando o oficial de Marinha iniciava sua formação na Escola Naval e era completada em vários cursos formais sucessivos: cursos de especialização (mais tarde denominado de aperfeiçoamento, apenas uma mudança de nomenclatura para atender às exigências burocráticas do então Código de Vencimentos e Vantagens) e cursos da Escola de Guerra Naval (básico; de comando e estado-maior; e superior – ou equivalentes, no Brasil ou no exterior), complementada por cursos de pequena duração e com propósitos específicos denominados de especiais ou expeditos.

O currículo da Escola Naval, para os aspirantes do Corpo da Armada tinha a filosofia “generalista”, isto é, sem qualquer especialização ou aprofundamento em certas áreas. Estudavam-se, igualmente, disciplinas relacionadas com artilharia, direção de tiro, balística, máquinas, astronomia, navegação, rádio, eletricidade, etc.

Havia, naturalmente, o curso específico, de início ao fim, para os futuros oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e do Corpo de Intendentes da Marinha.

Com ligeiros ajustamentos, a sistemática permaneceu em vigor até 1979 quando foi determinada, pelo Ministro, a implantação da formação diversificada, decorrência do estudo realizado pela Comissão para Estudo e Análise da Formação e Carreira dos Oficiais e Praças da Marinha.

Nos cursos de especialização eram ministrados, ao tenente, conhecimentos mais profundos e específicos nas áreas de armamento,

máquinas, eletrônica, comunicações, hidrografia, submarinos e aviação (a engenharia atendia a uma sistemática específica: concurso e curso de 3 anos (no exterior e posteriormente no Brasil).

Na Escola de Guerra Naval, em três etapas sucessivas, eram ministrados os denominados curso básico de comando e estado-maior, curso de comando e estado-maior e curso superior, destinados, como o nome indica, a preparar o oficial para as funções de comando e de estado-maior. (Para os corpos de Intendentes da Marinha, de Engenheiros Navais e de Saúde, os cursos eram diferenciados, e destinavam-se à direção de estabelecimentos e trabalhos em estado-maior, com a duração e currículos muito variáveis através dos tempos, atendendo às necessidades conjunturais da política de pessoal).

Em 1995 foram expedidas as Orientações Ministeriais (ORIM) que provocaram uma verdadeira *revolução* na sistemática de formação do oficial de Marinha, ao longo de toda sua vida ativa com redefinição dos Corpos e Quadros (com criação e red denominação de alguns) como também no que se refere a cursos de carreira.

Tenho convicção de que as grandes conquistas sociais da humanidade foram conseguidas com revolução. Assim aconteceram: a substituição do regime absolutista pela democracia; o direito igualitário da mulher em relação ao homem; o abrandamento do capitalismo, etc.

Assim, numa esfera de influência menor, a Marinha só poderia dar um salto de qualidade através de uma *revolução*, no nosso caso, absolutamente legal e ética.

PARTE I

A FORMAÇÃO DO OFICIAL DE MARINHA DO CORPO DA ARMADA

— Uma notícia, uma lembrança —

A FORMAÇÃO A NÍVEL ESCOLAR NAVAL

A Formação do meu tempo

Não seria necessário mencionar que a excelência de uma formação não depende apenas do currículo mas da vontade do aluno e da instrução como um todo: professores, instrutores, métodos de ensino, e muitos outros fatores.

Do que eu conheci, de 1944 a 1948, a formação do oficial de Marinha na Escola Naval pecava, primordialmente, pelo conservadorismo na instrução: o aspirante estudava em apostilas e uma boa parte do Corpo Docente era formada por catedráticos, na função há longo tempo, com certa idade e gozando de uma liberdade pedagógica e acadêmica exagerada para os tornarem verdadeiros “ditadores”, inclusive na avaliação do aproveitamento escolar de cada aspirante.

Acresce-se o critério, a meu ver muito exigente. Além da nota espelhar os erros contidos e não os acertos, do grau nove, em três questões valendo três, cada erro “leve” era descontado um ponto e ao “grave” dois. Dizia-se que o dez, era do professor, dado quando bem lhe aprouvesse.

No final da década de 1940, de uma só vez, os antigos catedráticos foram aposentados e foi criada a função de Superintendente de Ensino, um Capitão-de-Mar-e-Guerra antigo com ascendência, pelo menos hierárquica, sobre os professores, e o aspirante passou a

concorrer aos 10 pontos em sua prova/exame pelos seus acertos e não mais obrigatoriamente três questões.

Esse foi o ensino que vivi em 1949, um completo reposicionamento do ensino na Escola Naval.

A Formação Diversificada

Entretanto, os currículos da Escola Naval permaneciam praticamente os mesmos.

Sugestões para modernizá-los sempre havia. De uma viagem de estudo a Anápolis, nasceu a idéia da “formação diversificada”, uma “primeira especialização” na carreira quando ainda no nível de Escola Naval.

É interessante que se conheça certos argumentos e/ou conclusões a respeito da Formação Diversificada na Escola Naval — FDEN —, na época:

— a quantidade de conhecimentos necessários para dominar o estado da arte é tão grande que se torna impossível ministrá-la em quatro anos (parâmetro intocável imposto pela Administração Naval);

— o tempo para a especialização/aperfeiçoamento não poderá ultrapassar 11 meses, exigência lógica da periodicidade anual da declaração das turmas de Guardas-Marinhas;

— não sendo mais possível a formação do “oficial eclético” passou-se a considerar a “turma eclética”.

A FDEN é decorrente de prolongados estudos feitos durante muitos anos (como a seguir é mostrado) e sofreu alterações, algumas profundas, posteriormente.

Entretanto, sua filosofia permaneceu a mesma ao longo de todo esse tempo.

Vejamos, sem detalhes maiores, a evolução da FDEN:

– **1951** – Foi criado o Colégio Naval (sua existência não tem influência direta na formação dos oficiais ora discutida).

– **1969** – Foi alterado o currículo da Escola Naval para atender às exigências do Ministério da Educação a fim do Guarda-Marinha receber, na sua formatura, também, o diploma de engenheiro operacional-mecânico.

– **1970** – Foi instituído um grupo de trabalho (GT 008/70) com a missão de “Reformulação dos currículos da Escola Naval considerados os interesses da Marinha quanto ao ensino de eletrônica, além do curso de engenharia de operações-mecânica”.

– **1971** – Como resultado dos trabalhos do GT 008/70 foram realizados os primeiros estudos para a diversificação dos cursos de formação de oficiais na Escola Naval surgindo então:

Engenharia Operacional Mecânica
Engenharia Operacional Eletrônica
Técnica de Administração.
(Essa proposta não foi aprovada)

– **1973** – Com o mesmo propósito, foi criado o GT 002/73 cuja sugestão final foi de diversificar em:

Engenharia Plena em Máquinas
Engenharia Plena em Eletrônica
Administração de Sistemas
Relações Internacionais.

Logo após, a diversificação foi alterada para:

Engenharia Plena em Máquinas
Engenharia Plena em Eletrônica
Administração; e

Uma quarta modalidade com ênfase em Ciências Sociais.

– **1975** – Novo grupo de trabalho, o GT 001/75, sugeriu:

Engenharia Militar Naval de Máquinas
Engenharia Militar Naval de Eletrônica
Administração de Sistemas (nível bacharelado).

Todas independentes das exigências do Ministério da Educação.

– **1976** – A Comissão para Estudos e Análise da Formação e Carreira dos Oficiais e Praças da Marinha (CEAF-COPM), no seu Relatório nº 1 de outubro de 1976, recomendou a implantação de mais uma modalidade:

Engenharia Militar Naval de Sistemas de Armas.

– **1978** – O Ministro da Marinha determinou a implantação da FDEN a partir de 1979 com os seguintes modalidades, denominadas habilitações:

Engenharia Militar Naval de Mecânica
Engenharia Militar Naval de Eletrônica
Engenharia Militar Naval de Sistemas de Armas

Administração de Sistemas.

Parece-me caber aqui um comentário sobre fato vivido por mim quando fui Diretor (Comandante) da Escola Naval em 1978 e foi-me apresentado, proposta do novo Regulamento que começava com a definição do propósito da Escola Naval impregnada da influência da visão de oficiais do quadro de professores já talvez mais mestres das universidades do que oficiais de Marinha: “é o estabelecimento de ensino superior destinado à formação de oficial da Marinha e à sua graduação em.....etc, etc.”

Meu pensamento ontem e hoje é de que a Escola Naval é o “estabelecimento de ensino superior destinado à formação do oficial de Marinha” e só isso; se o currículo puder ser considerado equivalente a alguma engenharia ótimo, se não, também ótimo.

A posição inicial da FDEN com relação aos cursos de aperfeiçoamentos era de que o aspirante de *qualquer* habilitação poderia

cursar *qualquer* aperfeiçoamento, pois a base comum era suficiente para habilitá-lo a tal.

A prática mostrou que isso não seria desejável, para não classificar de impossível. Assim o aspirante de cada habilitação passou a poder cursar apenas os aperfeiçoamentos compatíveis.

A mesma independência era aplicada aos **Corpos** com relação às habilitações que, pelo mesmo motivo, evoluiu para:

Corpo de Armada: habilitações em mecânica, em eletrônica e em sistemas de armas;

Corpo de Fuzileiros Navais: habilitação em mecânica e em eletrônica (específicos);

Corpo de Intendentes da Marinha: apenas habilitação em administração de sistemas.

A destinação do aspirante pelos corpos e habilitações também sofreu ajustamentos ao longo dos anos:

– Ao ser implantada a FDEN, o primeiro ano era comum a todos os aspirantes; o segundo para os aspirantes divididos pelos corpos; o terceiro e quartos para os aspirantes divididos por corpos e habilitações.

– Em 1998 o sistema passou a prever dois anos comuns e dois anos com os aspirantes divididos em corpos e habilitações.

As Alterações de 1997 na Escola Naval

Dentro do espírito das ORIM, em 14 de março de 1997, o Ministro da Marinha expediu memorando ao Diretor Geral do Pessoal da Marinha sobre a “Atualização da Escola Naval” (vide cópia no anexo E).

Do memorando, julguei interessante ressaltar certas orientações que revelavam um novo enfoque na parte inicial da formação do oficial de Marinha:

– “muito embora a formação do aspirante deva ser ampla, abrangendo o preparo intelectual, o profissional, o cultural e o físico, **a prioridade deve estar centrada no intelectual...**” (o negrito é meu).

– E continua: “Adotar, de forma intensiva, as técnicas modernas de ensino... e **aumentar a responsabilidade individual de estudo e pesquisa** (o negrito é meu).

– “Equacionar, a curto prazo, o problema dos **livros didáticos**, cuja posse pelos aspirantes deve ser mandatória...” (o negrito é meu).

– “Reformular a concepção de biblioteca da Escola. transformação

.... em uma moderna biblioteca de consulta e de lazer... para pesquisa e desenvolvimento cultural, ...”

Decorrente do memorando de março de 1997 do Ministro da Marinha o Comandante da Escola Naval, em 16 de setembro do mesmo ano, enviou ao Diretor de Ensino da Marinha proposta de alterações do currículo da Escola Naval.

Desse documento destacaria alguns itens da “análise do enunciado de missão” que indicou:

– “A Escola deve concentrar seus esforços na formação de uma **sólida base**, capaz de habilitar o aspirante a prosseguir **individual ou orientadamente** sua formação especializada” (o negrito é meu).

– “A base profissional deve permitir ao oficial, nos primeiros anos de carreira, desenvolver os conhecimentos necessários ao cumprimento das tarefas navais a bordo ou na tropa. Esse conhecimento dar-se-á por meio do **esforço individual** e de cursos de especialização e de adestramento (o negrito é meu).

– O mesmo documento considera, mais adiante, que “a aprendizagem é atividade **pessoal** do aspirante, que é o **sujeito do seu próprio crescimento**”. (O negrito é meu).

– “O aspirante deve **aprender a aprender...**” (o negrito é meu)

Dentro dessas linhas-mestras subordinasse o atual currículo da Escola Naval, que inclui o período denominado de Ciclo Pós-Escolar com o futuro oficial na graduação de Guarda-Marinha.

As alterações de 1999 no ciclo pós-escolar

O ciclo pós-escolar é cumprido pelo guarda-marinha em três fases:

– a **primeira fase** destina-se a dar ao futuro oficial conhecimentos básicos e comuns aos guardas-marinhas de todos os corpos como Combate a Incêndio, Gestão de Qualidade Total e Comunicações; comum aos do Corpo da Armada e de Intendentes como Controle de Avarias e Operações Navais e a específica do Corpo de Fuzileiros Navais, como o Comando de Pelotão;

– Quanto ao ciclo pós-escolar cabe transcrever o constante da palestra do Almirante-de-Esquadra (RRm) Mauro Cesar Rodrigues Pereira proferida durante o Encontro de Docentes da Escola Naval – EDEN-1999: é nessa fase “que ocorrerá então a especialização do oficial, inteiramente voltada para a **operação** (o negrito é meu) dos meios e sistemas disponíveis na Marinha do **presente** (o negrito é meu) e com aplicação imediata na primeira comissão de oficial”.

– a **segunda fase** destina-se a uma especialização maior em Armamento, Máquinas e Eletrônica para os guardas-marinhas do Corpo da Armada, em Administração Naval para

os do Corpo de Intendentes e em Guerra Anfíbia para os do Corpo de Fuzileiros Navais;

– a **terceira fase** é cumprida a bordo do navio-escola durante a viagem de instrução.

Dentre as diretrizes sugeridas pelo Grupo de Trabalho do Centro de Ensino Profissional Naval sobre “compatibilização de currículos da Escola Naval”, elaboradas em 11/99* ressaltou a que expressa a verdadeira filosofia da “viagem de instrução” (a meu ver deveria ser alterada para “viagem de aplicação” – tal como na Marinha argentina e outras mais):

“deverão ser evitadas, ao máximo, aulas teóricas para os guardas-marinhas durante esta fase, em especial sobre assuntos que versem sobre novos conhecimentos, devendo, sim, serem enfatizados **aplicações** (o negrito é meu) essencialmente práticas do que já lhes foi transmitido na Escola Naval e nas demais fases do Ciclo Pós-Escolar”.

E continua: ... “esta fase deverá assemelhar-se... a um estágio profissional... onde os guardas-marinhas venham efetivamente praticar... o que lhes foi até aqui ensinado”.

O quadro a seguir apresenta as disciplinas (práticas) a serem seguidas pelos guardas-marinhas dos diversos corpos na 3ª fase do Ciclo Pós-Escolar.

GM – CA		GM – IM		GM – FN	
Disciplinas	Horas	Disciplinas	Horas	Disciplinas	Horas
Liderança	20	Liderança	20	Liderança	20
Faixas e Procedimentos Marinheiros	20	Fan Proc Mar	40	Fan Proc Mar	40
Administração Naval	50	Administração Naval	50	Administração Naval	50
Operações Navais	80	Operações Navais	80	Operações Anfíbias - Embarque e Carregamento	200
Navegação e Meteorologia	120	Navegação e Meteorologia	120	Hidrografia e Meteorologia	60
Noções de Gestoria	20	Gerência de Prática Financeira	80	Noções de Gestoria	20
Sistema de Armas Navais	60	(Para a habilitação em Sistemas de Armas)			
Sistemas Eletrônicos Navais	60	(Para a habilitação em Sistemas Eletrônicos)			
Sistemas de Máquinas e Controle de Avarias	60	(Para a habilitação em Sistemas de Máquinas)			
TOTAL	390	TOTAL	390	TOTAL	390

* N.A.: E apresentadas ao Conselho de Ensino da EN em 28/2/2000.

A FORMAÇÃO A NÍVEL DO CIAW*

Como foi apresentado anteriormente, no meu tempo de tenente, na década de 1950, após a Escola Naval, o oficial atendia aos cursos de especialização (posteriormente denominado aperfeiçoamento por questões burocráticas) e assim continuou a acontecer mesmo depois de implantada a formação diversificada na Escola Naval.

De acordo com o atual P-COM o oficial logo que promovido a primeiro-tenente deverá atender aos cursos de aperfeiçoamento “com o propósito de torná-lo capaz a operar os meios em que está servindo ou servirá”.

Entretanto, na nova sistemática as áreas de aperfeiçoamento são completamente diferentes das tradicionais; agora elas são: Superfície, Submarino, Aviação Naval, Hidrografia e Navegação, Guerra Anfíbia (p/FN) e, por concurso, Engenharia Naval.

A duração desses cursos é de 5 meses, bem menos que o ano letivo do passado.

Após seis a sete anos, o já então capitão-tenente antigo deverá cursar os denominados Cursos de Aperfeiçoamento Avançado (C-ApA) destinados a “aprofundar conhecimentos acadêmicos, em áreas de interesse especial para o serviço”. Estes cursos “serão conduzidos à semelhança de cursos de pós-graduação, em nível mestrado”.

Ou então, cursarão os Cursos de Qualificação Técnica Especial (C-QTE) que são “cursos de pós-graduação, destinados à qualificação de oficiais intermediários para funções técnicas que requeiram habilitações especiais”.

O C-ApA cobrirá “áreas do saber não disponíveis no segmento universitário nacional e visa a dotar o oficial de capacidade de acompanhamento da evolução do conheci-

mento. O processo de aprendizagem não se encerra com o C-ApA, inicia-se todavia com ele, prosseguindo no decorrer de toda uma existência, dotando o oficial de capacidade de busca autônoma de informação e produção independente de conhecimento”.

A FORMAÇÃO A NÍVEL ESCOLA DE GUERRA NAVAL

A formação do meu tempo

Eu e os colegas da mesma faixa de antigüidade, como Capitão-de-Corveta, fizemos o curso básico por correspondência constituindo de uma meia dúzia de trabalhos sobre tópicos apresentados em publicações da Marinha. (Matriculei-me em 31 de julho de 1964 e fui aprovado em 16 de julho de 1965). Eu, devido à comissão no exterior, fiz o curso de comando e estado-maior, como Capitão-de-Fragata, com os colegas de duas turmas abaixo entre 23 de setembro de 1968 até 31 de janeiro de 1969; esse curso foi feito em tempo integral nas dependências da antiga EGN. Como Capitão-de-Fragata antigo, fui matriculado no Curso Superior de Guerra Naval em 31 de julho de 1969 terminando-o, já como Capitão-de-Mar-e-Guerra, em 1º de março de 1970; esse curso também era cumprido por correspondência, nos moldes do curso básico.

Em 1968 o *exame* para o Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) da Escola de Guerra Naval evoluiu para *concurso* e em 19.....o Curso Superior de Guerra Naval, feito até então por *correspondência*, evoluiu para *presencial em tempo integral*.

Deve ser observado que a duração do CEEM que fiz foi de apenas quatro meses quando a duração normal era de oito a nove

* N.A.: Escolhi o termo “formação” para os níveis CIAW e EGN para atender à simetria dos títulos não entrando em consideração com o significado que a palavra possa ter, exatamente, na área de educação.

** N.A.: Da palestra do Almirante-de-Esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira (Do Encontro de Docentes da Escola Naval-99). Veja PS (1) no final do artigo

meses. Tal anormalidade decorreu de diversos fatores dos quais poderemos mencionar:

- turmas grandes apresentaram-se para fazer *exame* em um mesmo ano;

- pequena capacidade anual da EGN (mesmo para a Marinha da época – cerca de 60 oficiais-alunos);

- ser por um *exame* e não por *concurso* a seleção para a matrícula; e

- o número de reprovações ser insignificante.

Para esse problema, do déficit crescente de oficiais aprovados e não matriculados, em algumas oportunidades, a Marinha, administrativamente, adotou como solução a “compressão” do currículo em tempo e oferecer dois cursos em um único ano letivo. Na realidade o currículo era “diminuído” e conseqüentemente a qualidade dos formandos, inferior.

As Alterações de 1995 na Escola de Guerra Naval

Em decorrência das Orientações Ministeriais de 1995 quanto aos cursos da Escola de Guerra Naval, de números 5.1 e 5.2, o Chefe do Estado-Maior da Armada, pelo ofício 1.588 de

11 de setembro de 1995, encaminhou à Escola de Guerra Naval as “diretrizes gerais para a condução das atividades de ensino da EGN” as quais “permitirão a elaboração e o envio, para aprovação, de um novo Regulamento e dos currículos dos diversos cursos, e que passarão a regular as atividades de ensino da EGN a partir da entrada em vigor do novo Plano de Carreira para Oficiais da Marinha, estimada para o início de 1996, além de fundamentar as demais providências administrativas que serão necessárias desencadear por parte dessa Escola”.

Nessas diretrizes gerais, os cursos de EGN passaram a ter a seguinte composição:

- (a) C-EMOI – Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários;

- (b) C-EMOS – Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores;

- (c) C-Sup – Curso Superior; e

- (d) C-PEM – Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Os C-EMOS, C-Sup e C-PEM são enquadrados na categoria de Cursos de Altos Estudos Militares (C-AEM).

Os Quadros dos anexos B), C) e D) explicitam as características e destinação de cada curso mencionado.

PARTE II

UMA OPINIÃO SOBRE A NOVA FORMAÇÃO DOS OFICIAIS

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Pessoal x Material

A administração de toda instituição, qualquer que seja a sua natureza, lida, em grandes termos, com material e pessoal.

Na Marinha, o material é a área mais charmosa, pois ela é concreta, pode-se ver, pode-se tocá-la, senti-la; os seus navios e sistemas realizam coisas fantásticas como

deslocar-se a grande velocidade, detectar um “inimigo” que não se vê, destruir esse “inimigo” com uma grande diversidade de armas mesmo que ele esteja além horizonte. Tudo isso entusiasma o jovem oficial que desde então, torna-se seu vassalo, mesmo quando em um instante futuro, já como autoridade maior, tem de decidir prioridades entre material e pessoal.

Para mim, isto é uma realidade.

Entretanto, racionalmente, ninguém deixa de dar à área do pessoal a primazia que lhe deve pertencer.

Dai serem de nosso conhecimento antigos pensamentos, cada um dando, apaixonadamente, a maior importância para a sua área:

“O navio é a razão de ser da Marinha”; ou

“Mais valem homens de ferro em navios de madeira do que navios encouraçados com homens incompetentes”.

Competência e independência

Surgiu então um qualificativo importante para o homem – competente – o que não podemos deixar de concordar inteiramente.

E como alcançar a competência? Pelo estudo, pelo exercício e principalmente pelo esforço próprio.

Na época em que vivemos, todos somos acordes em reconhecer que a tecnologia domina a vida do ser humano – e até demasiadamente – e que ela evolui numa velocidade sem precedentes chegando, em alguns casos, a um equipamento tornar-se obsoleto em face de outro mais avançado, antes mesmo de atingir o mercado consumidor.

O que foi dito tem o sabor do óbvio, mas julgo ser necessário lembrar para justificar as premissas que penso devam ser mandatórias nas ações para a formação do homem (neste trabalho, “homem” quer dizer “ser humano”, não importando o sexo que tenha, tendo em vista que a participação do Corpo Feminino na Marinha já é ponderável):

- a competência é a base da eficiência;
- a competência deverá acompanhar o desenvolvimento da tecnologia;
- o homem deve ser competente em sua área específica de conhecimento;
- seu conhecimento deve estar sempre atualizado;

– o aprofundamento do conhecimento trará maior competência, principalmente abrindo caminho para a *criação* deixando para trás o *entendimento* da criação de outros.

Dessas premissas decorrem naturalmente a necessidade de haver cursos e a volta periódica aos “bancos escolares” (incluídos aí os cursos por correspondência).

A responsabilidade individual

Entretanto, nunca é demais ressaltar a responsabilidade individual na conquista e no resguardo da atualidade da competência do homem.

Para a discussão sobre o tema, voltemos às alterações determinadas em 1995.

Em palestra proferida no Encontro de Docentes da Escola Naval (EDEN-1999) assim pronunciou-se o Almirante-de-Esquadra (RRm) Mauro Cesar Rodrigues Pereira quanto à reformulação da biblioteca:

“Desta forma, o oficial poderá desempenhar o papel de observador crítico e se dedicar à busca da excelência individual”. Com isso, aumenta-se “no oficial a capacidade de assumir riscos e se permite que ele amplie igualmente a sua capacidade de delegar autoridade”, para o que é preciso competência e grande coragem moral e que resulta em extremo benefício para a administração da organização de uma maneira geral.

Ainda, segundo o orador, “a prática de pesquisa” que naturalmente viria acoplada a um menor tempo dedicado a horas de aulas formais, estimula “no oficial a capacidade de produzir conhecimento de forma autônoma, sob supervisão de orientadores”, e

“A orientação acadêmica da Escola Naval deve visar fortalecer e ampliar a capacidade do oficial para resolução de problemas não anteriormente cogitados, num horizonte a longo prazo”.

* N.A.: Na Naval Postgraduate School em Monterrey, observa-se... uma proporção de uma hora de aula para cada cinco a dez de trabalho individual ou em grupo. (Da palestra do AE Mauro Cesar)

Essa afirmativa ressalta, acertadamente a meu ver, o esforço próprio para alcançar o que era desconhecido podendo ainda, mais tarde, levar a coisas novas, libertando a Marinha da liderança ditatorial e estrangulante dos países do primeiro mundo. É o esforço para ajudar a ser alcançada a independência tecnológica brasileira.

O marinheiro x o técnico

Ainda no EDEN-99, o Almirante Mauro Cesar afirma:

“a formação da oficialidade de Marinha deve ser *generalista*, mas isso não significa que ela deva ser superficial” ... ela é “*generalista* em relação à oficialidade como um todo e academicamente profunda em relação ao oficial de forma individual”.

Interessante fazer-se o paralelo da opinião da CEA/COPM de que a **turma da Escola Naval** cobria todos os aspectos do conhecimento de interesse da Marinha enquanto cada aspirante seria declarado um guarda-marinha **especialista**.

No meu entender, deve ser dada especial atenção para o balanceamento entre a **sólida base teórica** e a **parte profissionalizante**. Não devemos nos esquecer que o jovem que ingressou na Escola Naval o fez porque gosta da Marinha, tem grande afinidade com as atividades navais ou mesmo porque vê na Marinha uma boa escolha de futuro seguro. Mesmo nessa última justificativa, o jovem procurou a garantia de seu futuro na Marinha porque, provavelmente, achou que nela suas obrigações seriam mais condizentes com o seu temperamento, pois, de nenhuma maneira, a vida militar é a das que promete maiores facilidades.

Aceitando esses argumentos como verdadeiros, é natural que o jovem que ingressa na Escola Naval queira, desde logo, ter contato com as peculiaridades da vida naval: uma saída nos escaleres, a vela ou a remo; um

adestramento nos avisos de instrução nas águas da Baía de Guanabara ou da Ilha Grande ou “conhecer o mundo” em viagens nos navios da Esquadra e na viagem de guarda-marinha. Tudo isso atende aos anseios do espírito irrequieto e aventureiro do jovem e, mais do que isso, é extremamente necessário, ao futuro oficial de Marinha, que ele se familiarize desde o mais cedo possível com o mar, sua imensidão, sua beleza, seus fenômenos meteorológicos, para que, quando estiverem em combate, o jogo do navio e a fúria da tempestade não lhe venham causar medo e embotar-lhe o raciocínio, impedindo-o de fazer uso de sua competência profissional.

Penso hoje, como pensei no passado, que é muito mais fácil fazer-se “um engenheiro”, senhor das “matemáticas”, da eletrônica e da computação, do que um oficial de Marinha habituado às peculiaridades da vida no mar.

Lembro-me de uma passagem, quando era Diretor de Ensino, pelos idos do início da década de 80.

O Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha estava colhendo os primeiros excelentes frutos da participação da mulher-oficial psicóloga e uma de suas primeiras tarefas foi a de revisão das qualificações profissionais, e eu me perguntava como uma profissional, por melhor que tivesse sido o seu preparo escolar, podia estabelecer novos requisitos se não conhecia o ambiente em que o praça de máquinas, de direção de tiro, etc., iria trabalhar?

E foi graças à compreensão do então Capitão-de-Mar-e-Guerra Ivan da Silveira Serpa, no comando de um esquadrão de contratorpedeiros, que pude proporcionar, a cerca de oito jovens tenentes psicólogas, um embarque em navio de guerra em operações de adestramento, mesmo que durante apenas uns poucos dias e noites no mar.

Em almoço oferecido às “recém-veteranas” na Diretoria de Ensino, ouvi, dentre as inúmeras histórias entusiasmadas de suas experiências, uma que me calou profunda-

mente, e que ratificava o meu pensamento. Perguntado o que tinham achado da rotina da vida no mar, uma respondeu que “nunca havia imaginado como era agressiva e hostil aquela vida: o jogo do navio, o calor intenso da praça de máquinas, seguido do vento frio do convés, a madrugada insone de serviço, a tensão dos postos de combate, o barulho das máquinas, etc., etc., etc.!”

E eu que nunca havia pensado nisso, que convivi intensa e naturalmente com todas essas “dificuldades”! Quem de nós não dormiu tranqüilamente com o motor de ventilação roncando a noite inteira junto ao seu ouvido, do outro lado da fina antepara interna divisória que separava os compartimentos?

É por esse motivo, e outros que a razão possa encontrar, que julgo muito importante a formação militar-naval ser feita desde os primeiros instantes que o jovem candidato civil torna-se um aspirante da Escola Naval, um militar-naval. (Na verdade, desde que ele ingressa no Colégio Naval).

É por esse motivo que julgo que a ênfase a ser dada à **sólida base teórica** no curso da Escola Naval não deverá, em hipótese alguma, prejudicar a formação militar-naval. Que não se chegue aos extremos do fim da década de 1970 quando, em um determinado ano escolar, não havia um único exercício de escalar, a vela ou a remo, previsto no Programa de Atividades da Escola Naval e, na Escola de Aeronáutica, os cadetes só voavam no último ano escolar!

Era a época da “obsessão” pelo que eu chamei das “engenharias”, primeiro o “engenheiro” e, depois, o “oficial de Marinha” será formado automaticamente!

Por outro lado o contato do recém-admitido na Marinha com as coisas do mar é extremamente motivante e entusiasmo o espírito do jovem. Como um aspirante poderá deixar de ter estórias sobre as noites em claro de vigilância, sobre o barulho ensurdecido dos tiros de canhões e o matraquear das metralha-

doras e canhões automáticos nos exercícios de tiro real, sobre as manobras precisas de “seu” grupo-tarefa, etc., para contar para sua namorada, seus amigos, seus parentes, para “provar” a eles que ele, o aspirante, está na Marinha e dela é parte integrante?

O currículo não deverá ser extremado, deverá dosar bem as “duas formações”, e espero que seus responsáveis não se esqueçam da importância do “marinheiro” nos quatro pilares, de igual tamanho, que sustentam o oficial da Marinha, dito em Ordem de Serviço quando fui Diretor da Escola Naval: os oficiais da Marinha são quatro pessoas em uma só: militar, líder, técnico e acima de tudo marinheiro.

No meu julgamento, em se tratando da formação a nível Escola Naval, a tarefa de ser ensinado algo mais – por mais necessário que pareça – jamais poderá ser transferida para a terceira fase do ciclo pós-escolar. A existência do auditório e de salas de aula a bordo do navio-escola é uma grande tentação que, a meu ver, deverá ser afastada a qualquer custo.

A nossa vida é uma seqüência permanente de definições de prioridades e é extremamente importante que tenhamos coragem e a competência de tomá-las. Assim, se algo de muito importante deva ser incluído no currículo da Escola Naval, *no ciclo escolar*, ele deverá ser incluído à custa de algo julgado menos importante. Do contrário, permaneceríamos eternamente, nos bancos escolares, pois sempre restaria um conhecimento a mais a ser ministrado!

A validade do curso

O atendimento a um curso de um oficial corresponde exatamente o afastamento de um oficial de suas funções a bordo, período em que o navio baixará o nível de sua eficiência chegando, em alguns casos, a impedi-lo de executar certas tarefas. E isso

representa um alto preço para a Marinha como força armada.

Dá surgirem vários questionamentos para a aplicação de novos cursos:

- aquele curso é realmente necessário?
- os ensinamentos nele adquiridos serão aplicados a bordo imediatamente?

- é necessário para todos? Ou é para um grupo?

- a sua duração é a menor possível sem perder o seu objetivo?

- a presença do aluno em “sala de aula” é essencial? É imprescindível? Durante todo o curso ou em parte dele?

- a periodicidade do atendimento a cursos é curta? É longa? É objetiva?

- a sistemática de cursos por correspondência atenderia aos objetivos do curso?

Penso que o, ou os, idealizadores dos novos cursos fizeram para si as perguntas acima e o mesmo devem estar fazendo os avaliadores dos novos cursos e responsáveis pela sua implantação na Marinha.

Naturalmente, a recente alteração na sistemática de cursos, inclusive sendo ela uma alteração tão profunda, criou inúmeros novos desafios a serem vencidos. Por mais acertada que fosse, seria recebida com resistência por parte da oficialidade em geral, uma manifestação natural do ser humano. Assim, também diz qualquer livro sobre administração.

Necessitaria então de hábil preparação, principalmente da oficialidade mais moderna, para que entendessem e assim concordassem e finalmente assimilassem as novas etapas, condicionamentos e obrigações das alterações.

Por outro lado, uma alteração tão profunda e extensa como a aqui discutida necessita-

ria de um período, relativamente ponderável, de transição e adaptação, em que fossem identificados prejuízos para a Marinha, como um todo, os quais, pela minha experiência, a maior probabilidade é que esses prejuízos seriam passageiros e assimiláveis até com alguma facilidade, como já aconteceu em outras oportunidades no passado (a corrente alternada nos destróieres de escolta – os CTs classe *Bertioga* – recebidos durante a Segunda Guerra Mundial*, a direção de tiro dos Cruzadores *Barroso* e *Tamandaré*, a formação diversificada na Escola Naval, o Curso Superior presencial, etc).

Por mais competentes que fossem os idealizadores das transformações, por mais que tenham sido discutidas entre os chefes navais, não haveria garantia de cem por cento de acerto admitindo-se que certos ajustes seriam necessários e portanto fossem feitos, mas com a preocupação de ser considerado, também, que poderia haver algumas correções, julgadas certas em um determinado instante, que, ao serem aplicadas, causariam um mal maior que aquele que talvez se estivesse pretendendo corrigir; mas isso, naturalmente, passado o período de transição.

No meu entender, a competência do pessoal é a melhor e mais barata arma que as marinhas pobres poderão dispor, e por isso tudo deverá ser feito para que a sua conquista não seja prejudicada com a deformação dos propósitos dos cursos e muito menos com a sua eliminação, mesmo que seja por *algum* tempo, *algum* tempo que, como observei em outros casos, a Marinha o tornou permanente.

Penso que o caso não é de *o quê* fazer mas simplesmente de encontrar uma solução de *como* fazer.

* NA.: “A bordo” prolonga-se do navio a todas as OM, genericamente.

** Os CTs da classe *Marcílio Dias* da década de 40 tiveram o seu projeto elétrico alterado para corrente contínua – a Marinha só conhecia corrente contínua – e por essa causa foi acrescentado um alternador para atender às necessidades da direção de tiro.

Navio x apoio

Assim como a paixão torna menos importante o *pessoal* em relação ao *material*, ela mesmo diminui a importância do *apoio* em relação ao *navio*.

Penso que, quanto mais sejam automatizados os equipamentos de bordo, menos tarefas são exigidas do pessoal embarcado, o operativo, e mais se necessita do apoio de terra. Se os órgãos de apoio não forem eficientes, se seu pessoal não for competente, jamais os navios poderão ser dignos de confiança como uma eficiente arma de dissuasão, com credibilidade junto às nações do mundo.

O mais difícil de ser conseguido nesse reconhecimento de importância do apoio é a nossa própria mentalidade, de todos nós, por mais que queiramos negar. Que escolha fará a Comissão de Promoção de Oficiais entre um capitão-de-mar-e-guerra, excelente, tido como "operativo" com mais de mil dias de mar e outro, também excelente, que se empenhou seriamente na manutenção dos equipamentos, no estudo e na obtenção de melhores performances para que o seu colega "tragavagas" navegasse tanto e conseguisse colocar a estrela de artilharia nos navios por onde andou embarcado?

Esse é um grande problema, de difícil solução, pois trata-se da alteração de mentalidade de todo um grupo que está impregnado por uma cultura secular que considera o navio a razão de ser de uma Marinha. Basta que meditemos nos nossos colegas, atuais e do passado, que escolheram fazer parte do antigo QTA. O PCOM não lhe dá o direito de comandar? Para que, se ele é um técnico e extremamente útil ao apoio, sem o que nada vai para o mar? Quantos deles tornaram-se almirantes? Quantos deles abriram mão do comando no mar?

Lembro-me de uma máxima que conheci, talvez lá pelos idos de 1970, e que empreguei

nos 5 ou 6 anos que participei da CPO. Era aproximadamente assim: "não importa a função que o oficial exercer mas a maneira como o fez". É assim que deve ser, não importa se *navio* ou *apoio*.

Os interesses da Marinha x a carreira do oficial

A nossa carreira é, teoricamente, pelos regulamentos, extremamente competitiva mas não o é na prática.

Baseado no que vivi e observei nos 40 anos de serviço ativo, até então dominava a mentalidade da oficialidade que a **justiça** seria feita quando a Marinha pudesse dar oportunidade a **todos** de exercer o comando, ter comissão no exterior, cursar a Escola de Guerra Naval etc., como se a Marinha tivesse a obrigação de viver para seus oficiais, quando a lógica de qualquer administração seria justamente o inverso: cada um de nós deverá viver para a Marinha dando a ela o melhor de nós dentro de nossas competências. Não tenho dúvidas que somente aos melhores cabe o comando e o aceno aos mais altos postos.

E a administração naval, ao avaliar os novos cursos fazendo os questionamentos apresentados anteriormente, deverá concentrar-se nos interesses da Marinha, pois a realização profissional de cada um, embora não deva ser esquecida, deverá, claramente, estar subordinada a eles, inclusive na prática, no dia-a-dia da corporação.

OPINIÕES ESPECÍFICAS

Dos cursos aqui considerados, a nível da Escola Naval, do CIAW e da Escola de Guerra Naval, parece, ao autor deste artigo, que atendem perfeitamente aos questionamentos apresentados no subitem "validade do curso" com algumas poucas exceções tratadas a seguir, todas elas na área da administração da

nova sistemática, uma vez que o conteúdo dos currículos não foi analisado mesmo porque seria uma tarefa grandiosa demais para uma única pessoa, por mais competente que ela pudesse ser.

O afastamento de bordo

Na discussão desse tópico, não devemos nos esquecer que a competência é a mais preciosa qualificação que um oficial possa ter e como tal ela tem um alto preço para ser adquirida. Mas seus dividendos, embora subjetivos, são absolutos, incomparáveis a qualquer outro argumento. Mas... qual é o valor da competência? Como medi-la? Se não podemos contar com a quantidade, devemos, obrigatoriamente, optar pela qualidade, e a qualidade hoje é o fiel da balança do poder.

Na nova sistemática o afastamento de bordo do oficial acontece quando ele vai atender: a um curso, parcial ou totalmente presencial, ou à realização de provas de aproveitamento escolar.

Além dos prejuízos causados diretamente pela ausência de bordo, devemos considerar, para os cursos parcialmente presenciais, as enormes despesas com as viagens de ida e volta e as diárias. No caso de presença apenas para fazer prova, essas despesas são multiplicadas por 3 ou 4 vezes tantas quanto forem as avaliações programadas.

A fase presencial do C-EMOI parece-me indispensável pois é a aplicação daquilo que foi tratado por correspondência e não haveria, atualmente, processo de participar de jogos a não ser estando seus elementos fisicamente presentes. Talvez, no futuro, possa haver jogos no sistema atual de conferência pela televisão ou pela Internet, cada membro em uma cidade ou país.

E a participação nos jogos parece-me ser a única maneira de avaliar se o que foi aprendido, e que tem de ser aprendido, o foi acertadamente.

O afastamento de 30 capitães-tenentes de seus navios por 3 meses é, então, imprescindível.

Mas eu pergunto: será tão difícil escalar oficiais de navios diferentes para cada turma do C-EMOI, na fase presencial? Para fazer face à ausência de um oficial na tripulação, por um breve período de tempo, não seria viável a solução intraforças, utilizada no meu tempo de tenente, isto é, o destaque de oficiais entre navios irmãos ou semelhantes?

Não sei no presente, mas no passado, os navios da Flotilha do Amazonas, embora mais simples, puderam cumprir suas tarefas, também simples, na imensidão da floresta com aquela sistemática. E o esquadrão de contratorpedeiros de escolta também era eficiente em suas obrigações.

Julgo que deveria ser pensado, como última instância, a exequibilidade e a vantagem da prática do destaque, pois o ganho com a Fase Presencial do C-EMOI parece-me muito grande, difícil de ser abandonada ou substituída por um arremedo dele ou a volta de todo o curso para o sistema por correspondência.

No caso dos aviadores, não seria viável a manutenção da capacidade de voo aos sábados e domingos? Seria um "sacrifício" nem tanto exagerado para tamanho benefício a ser conseguido. Não é esse o processo adotado pela FAB para manter seus oficiais mais antigos em condições de voo? Não é estudando à noite, depois do expediente normal, que muitos oficiais obtêm os seus diplomas de engenheiro, advogado, administrador de empresas, etc., etc., etc.? Não passamos sábados e domingos em exercício no mar? O que de novidade haveria em transformar alguns sábados e domingos em dias úteis durante apenas 3 meses?

Ainda quanto ao C-EMOI cabe analisar uma das perguntas enumeradas no título "a validade do curso": aquele curso é realmente necessário... para todos? ou o é para um grupo?

O PCOM prevê o C-EMOI para todos os capitães-tenentes, de todos os corpos e quadros. Mas eu me pergunto se agora para os oficiais do Corpo da Armada (o Corpo de Fuzileiros Navais não foi incluído nesse trabalho) seria realmente necessário garantirmos a correta compreensão do que foi ensinado, com o período presencial para todos?

Argumentando *in extremis*, seria realmente necessário que um capelão passasse três meses na Escola de Guerra Naval participando de jogos de guerra ou administrativos? Mesmo um oficial do Quadro Técnico? Penso que somente para os oficiais do Corpo da Armada a justificativa é lógica, clara, sem contra-argumentos.

Dando maior importância ao saber, talvez, os oficiais do Corpo de Intendentes da Marinha pudessem ser incluídos no período presencial, mesmo porque não vejo tanto prejuízo para a sua OM com a sua ausência por três meses.

* * * *

Entretanto, quanto aos CAPA cabem duas perguntas: será que a Marinha brasileira já está em nível para que todos os seus oficiais tenham um diploma a nível de mestrado? O C-QTE não atenderia às necessidades da Marinha para o nível mestrado e além?

Por mais que se valorize o saber, por mais repugnante que seja a adoção do partido da "ignorância", o saber tem um custo e, principalmente, necessita de uma justificativa objetiva, e também de um emprego a curto prazo. Do contrário, esse saber específico é um desperdício de dinheiro e tempo e uma fonte poderosa de frustração dos oficiais que cursariam os CAPA e voltariam para bordo para exercer as mesmas funções, não tendo oportunidade de empregar o que tão arduamente foi recém-adquirido.

No meu julgamento, tudo o que foi dito sobre a necessidade de possuímos o saber a nível de criarmos tecnologia e ficarmos independentes das poderosas forças do primeiro mundo continua válido, e penso que seja irrefutável. Repetindo: para isso é necessário que todos os oficiais cursem o CAPA a nível de mestrado? Penso que não; o C-QTE será suficiente desde que seja um curso de emprego imediato e principalmente seja atrativo para a realização profissional do oficial e não seja, em hipótese alguma, classificado como um caminho para quem quer afastar-se do mar, para quem não goste da Marinha, para quem quer acumular saber em benefício próprio para um bom emprego civil tão logo possa deixar o serviço ativo.

* * * *

Das exigências do PCOM uma delas não consegui entender: a obrigatoriedade da avaliação dos cursos por correspondência ser feita na EGN o que implica em ausência dos oficiais das suas funções, e despesas extras com viagens e diárias.

Tenho a absoluta convicção de que o processo não é necessário e, digamos até, inadmissível.

Volto às minhas recordações. No meu tempo era comum oficiais (e pessoal subalterno também) serem avaliados por provas escritas em suas OM: o comandante recebe as questões em envelopes lacrados podendo ser abertos somente por aquela autoridade máxima da OM e apenas no momento da aplicação da prova e sua realização se dava à sua vista. A fiscalização era simples e eficiente.

Será que um comandante não tem a noção da sua responsabilidade? Será que ele não tem consciência de que a ajuda a um é prejuízo a outro? Será que esqueceu que nossa carrei-

ra é extremamente competitiva? Será que teria coragem de ajudar o seu oficial permitindo-lhe consultas não previstas ou tempo além do estipulado?

Não, positivamente não penso que haja um comandante desse tipo e se houver exceção, será rara, e mais cedo que se possa imaginar, ele será descoberto trazendo as consequências disciplinares e escolares para ele e seu protegido.

Mas seria uma exceção de probabilidade tão remota que não justifica, a meu ver, o deslocamento do oficial para a Escola de Guerra Naval apenas para a realização das provas.

A delegação de competência exige coragem daquele que a delega, principalmente porque, em caso de erro, haverá necessidade de punição, e todos nós temos uma tendência de poupar oficiais antigos da punição formal.

Mas isso era (é e sempre será) um dever, um desagradável preço para os direitos e regalias dos mais antigos.

AGRADECIMENTOS

Pelo amistoso acolhimento às minhas entrevistas/conversas/indagações, pela confiança a mim depositada e no trabalho que eu ainda estava fazendo, pelas valiosas críticas aos meus posicionamentos, primeiro pelos maiores horizontes a mim mostrados e pela facilidade de acesso a publicações e correspondências oficiais, meus sinceros agradecimentos a:

Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá –
Diretor de Ensino da Marinha

Contra-Almirante José Eduardo Pimentel
de Oliveira – Diretor da EGN

Contra-Almirante José Antonio de Castro
Leal – Comandante da EN

Contra-Almirante Delcio Machado de
Lima – Comandante do CIAW

CMG (RRm) Tácio Luiz de Carvalho e
Silva, Superintendente de Ensino da EN

CF (IM) Carlos Magno da Silva Xavier –
Chefe do Dep. de ApA do CIAW

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO: <EDUCAÇÃO> / Formação de oficiais /

PS (1) - Atualmente o atendimento aos C-APA obedece ao critério de voluntariado para capitães-de-corveta.

PS (2) - O CIAW já dispõe hoje de um "Curso à Distância" pronto para ser ministrado via Intranet. Trata-se de um expedito de O&M, estando o mesmo em fase de receber a aprovação da DEnsM para ser incluído no PGI para o segundo semestre deste ano.

WS/FE/10/T
P:\US\GM10\GM11\MEMO\PV-083.FAC

BRASÍLIA, DF.

Nº 4

Em 14 de março de 1997.

MEMORANDO

Do: Ministro da Marinha
Ao: Exmº Sr. Diretor-Geral do Pessoal da Marinha
Assunto: Atualização da Escola Naval

1. Comunico a V. Exª que, em recente visita à Escola Naval, pude identificar uma série de deficiências que recomendam providências de caráter imediato.

2. A partir do que me foi apresentado pelo Comandante da EN, ora estabeleço as seguintes orientações gerais:

a) reavaliar a distribuição de atividades acadêmicas, considerando que, muito embora a formação do Aspirante deva ser ampla, abrangendo o preparo intelectual, o profissional, o cultural e o físico, a prioridade deve estar centrada no intelectual. Adotar, de forma intensiva, as técnicas modernas de ensino, de modo a não crescer ou até mesmo reduzir a carga horária de aulas teóricas e aumentar a responsabilidade individual de estudo e pesquisa;

b) repensar o ensino profissional naval, de modo a acabar com a divisão departamental hoje existente, Armada – Fuzileiros Navais – Intendentes de Marinha, mantida, evidentemente, a orientação profissional curricular necessária à formação de cada Corpo. Auxiliar os Aspirantes na opção de Corpo, por intermédio de um trabalho eminentemente informativo, evitando a competição exacerbada entre os representantes do CA\CFN\CIM, envolvidos no processo;

c) equacionar, a curto prazo, o problema dos livros didáticos, cuja posse pelos Aspirantes deve ser mandatória. Para tal, deverá ser considerada a constituição de uma biblioteca de livros didáticos (aqueles constantes das bibliografias curriculares), em conjunto talvez, com a concessão de ajuda de custo específica para o Aspirante adquirir os livros previstos para o ano letivo (de forma análoga ao credifarda).

d) reformular a concepção da biblioteca da Escola. Considerar a transformação do antigo cinema/ginásio em uma moderna biblioteca de consulta e de lazer, dotada, além de compêndios atualizados para pesquisa e desenvolvimento cultural, de recursos de informática, incluindo o acesso a redes externas de informação;

e) recuperar de forma ampla as instalações físicas da EN, nos moldes da reforma em curso no Edifício Almirante Tamandaré. A recuperação deverá prever prioritariamente o redimensionamento e a modernização dos camarotes e alojamentos inclusive com a ocupação do setor ora destinado à enfermaria de aspirantes.

3. Adotar medidas de modo a permitir que a recuperação das instalações seja iniciada ainda em 1997, com duração máxima de dois anos e a implementação ao início de 1998, das ações na área de ensino. Em julho deste ano desejo ter uma apresentação preliminar dos currículos esboçados para os Aspirantes e um relatório de andamento das demais providências.

MAURO CESAR RODRIGUES PEREIRA
Ministro da Marinha

CURSOS DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

*(de acordo com as Normas sobre os cursos ministrados na EGN da DGPM aprovadas em 24/02/99)

CURSOS	PROPÓSITO GERAL	PROPÓSITO ESPECÍFICO	PESSOAL A QUE SE DESTINA	DURAÇÃO DO CURSO	REGIME DO CURSO	AValiação	INÍCIO DO CURSO
C-EMOI (Curso de EM para oficiais intermediários)	Essencialmente doutrinário	"Proporcionar aos oficiais..., ..., basicamente, a aquisição das noções de trabalho em grupo e de Planejamento Militar"	Oficiais do CA, CFN, CIM, CETN, CSM, QCOM, QOAM e QAFO (Capitães-Te-nentes pela ref. (*))	- 2 anos (fase por correspondência) - 3 meses (fase presencial) (12 semanas pela ref. (*))	Por correspondência (1ª fase), e Presencial (2ª fase), com frequência obrigatória em regime de tempo integral (3 turmas anuais, seqüências com 90 oficiais cada, em média)	Provas escritas sobre lotes avulsos variáveis para os quadros e corpos (fase por correspondência) Avaliação normal classificatória (fase presencial)	1997 (fase por correspondência) 1997 (fase presencial - Para os oficiais com Curso Básico completo)
C-EMOS (Curso de EM para oficiais superiores)	Primordialmente doutrinário , admitindo-se que sejam apresentados aspectos conjunturais pertinentes.	"Ampliar conhecimentos dos oficiais..., visando funções de EM e assessoria de alto nível, com ênfase em Planejamento Estratégico e Operações Navais"	Oficiais do CA, CFN e CIM, especificamente designados (CPO + Exame de Seleção) ("previamente relacionados" - ref. (*))	1 ano letivo (ref. (4))	Presencial, com frequência obrigatória em regime de tempo integral (ref. (*))		1998
C-Sup (Curso Superior)	Complementação à preparação e à experiência já adquiridas no decorrer da carreira	"Ampliar conhecimentos dos oficiais..., visando funções de assessoria de alto nível, com ênfase em Administração"	Oficiais do Corpo de Eng. Navais (EN), CSM, Quadro Técnico (T) e Capelães navais (CN), previamente selecionados (ref. (*)) Oficiais do CA, CFN e CIM, especificamente designados (CPO + Exame de Seleção)	1 ano letivo (2 meses para cada lote) ao longo do curso (ref. (*)) 1 ano letivo	Por correspondência (3 lotes avulsos) Presencial, com frequência obrigatória em regime de tempo integral.	Provas escritas na EGN (variáveis para os Quadros e corpos) Trabalho individual (Ensaio)	1998
C-PEM (Curso de Política e Estratégia Marítimas)	Essencialmente crítico (do autor do artigo)	"Complementar a qualificação dos oficiais..., visando o exercício de cargos na Alta Administração Naval"	Oficiais CA, CFN, CIM, CETN, QMD-CSM (CETN e CN pela ref. (4)) (relacionados pela CPO - ref. (*))	1 ano letivo (ref. (*))	Presencial, em tempo integral com frequência obrigatória	Avaliação normal (do autor do artigo)	

C-EMOI – Tópicos a serem abordados:**Na 1ª fase: apresentação de conceitos sobre:**

Emprego do Poder Naval; Administração; Logística; Direito Internacional Público; Inteligência (Logística e Mobilização pela ref. (*))

e, *noções básicas* sobre o Processo Decisório

(Detalhamento adequado a cada C e Qd)

Na 2ª fase: exercícios práticos sobre Processo Decisório com ênfase no Processo de Planejamento Militar (PPM) e Estudo de Estado-Maior (EEM)

e, apresentação de conceitos básicos sobre: Liderança; Administração; Inteligência; Logística; Mobilização; Operações Navais; Aspectos do Campo Jurídico. (Aspectos das Ciências Jurídicas – ref. (4))

(Detalhamento adequado a cada C e Qd)

C-EMOS – Tópicos a serem abordados:

Disseminar os conceitos de mais alto nível de: Doutrina Naval e Emprego dos Componentes do Poder Naval

Enfatizar: Planejamento de nível operacional (comandante de Força e de Teatro de Operações) e suas vinculações com os níveis estratégicos e políticos, e Conceitos de Estratégia Militar principalmente os aplicáveis à Guerra Naval

Apresentação de problemas administrativos e legais mais prováveis.

Transmitir conhecimentos sobre: Logística; Política; Economia; Ciência e Tecnologia.

C-Sup – Tópicos a serem abordados:

Fundamentos e aspectos básicos sobre o Poder Marítimo (estudo e pesquisa)

Compreensão sobre: Política; Operações Navais; Estratégia; Doutrina Militar; Sistemas de Administração e de Planejamento de Alto Nível da Marinha; Ciência e Tecnologia. (Os lotes: Auxílio à tomada de decisões; Fundamentos de Estatística; de Aspectos do Poder Marítimo; de Administração Naval (Particularizações e detalhamento para cada C e Qd)

O Trabalho Individual: os demais aspectos.

Fundamentos e aspectos básicos, conjunturais e perspectivas sobre Poder Marítimo (estudo e pesquisa)

Conhecimento sobre: Política; Estratégia; Direito; Auxílio à tomada de decisões; Psicologia aplicada ao relacionamento funcional, Doutrina Militar, Emprego de Meios Navais; Sistemas de Administração e de Planejamento de Alto Nível da Marinha; Economia; Ciência e Tecnologia.

C-PEM – Tópicos a serem abordados:

– Currículo comum a todos os oficiais.

– **Análise perspectiva** (com ênfase no Poder Marítimo) da conjuntura nacional e internacional.

– **Abordar:** Planejamento de Alto Nível da Marinha, em particular o Planejamento Estratégico Naval (PEN)

– **Discussão** das Políticas e Doutrinas em vigor com estímulo para **criatividade** de novas soluções.

CARREIRA DE PLANEJAMENTO (exceto FN)

	CA Oficiais da Armada	CA QTE CA - Opção - Qualificação Técnica Especial	QC-CA QC-IM	IM	EN
2º Ten. Perman. planej. 2 anos	Embarque Concurso para EN		Embarque (Embarque ou Tropa para IM) C-Esp	Embarque ou Tropa	XXX
1º Ten. Perman. planej. 3 anos	Embarque Cursos de Ap: - Superf. - Subm. - Aviação Naval - Hidrografia - Mergulho - Combate - Engenharia		Embarque (exceto IM) C-Ap Seleção CPO: Q-Of Arm. ou IM Quadro Técnico	C-Ap	Embarque ou Tropa (1 ano)
CT Perman. planej. 6 anos	C-EMOI Embarque: (2a; Σ 6a) C-ApA	C-EMOI Embarque: (Σ 6a) C-QTE	C-EMOI < 5 anos	C-EMOI Embarque: 2 anos C-ApA ou C-Extr. pós-grad	C-EMOI Embarque: 4 anos (da EN) Todos os Cursos: De conc.: CPO RRm ➡ SAM C-Extr. (Pós-grad.)
CC Perman. planej. 6 anos	Embarque Σ 7 anos C-EMOS ou C-Sup	Embarque: Σ 6 anos C-EMOS ou C-Sup. ou Novo Pós-grad. ➡T	XXX	XXX C-EMOS ou C-Sup.	Emb. (desejável): 1ano Habil. especif. 3 anos Curso Superior
CF Perman. planej. 6 anos	Embarque: Σ 8 anos (2 anos Of -Sup.)	Embarque: Σ : 6 anos	XXX	Embarque Σ 3 anos	Habil. especif.: 4 anos
CMG Perman. planej. 6 anos	Emb. Σ 9 anos Comando: 1 ano (Of. Sup.) C-PEM ou equiv.	Emb. Σ 6 anos Comando ou direção: 1 ano (Of. Sup.) C-PEM ou equiv.	XXX	Direção: Σ 1 ano C-PEM ou equiv.	Habil. especif. 1 ano C-PEM ou equiv.

CARREIRA DE PLANEJAMENTO (exceto FN) – continuação

	Md	CD	S (Apoio à Saúde)	T (Concurso + AA + AFN e com curso superior)	AA (Qd Auxiliar da Armada)
2º Ten. Perman. planej. 2 anos	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
1º Ten. Perman. planej. 3 anos	C-Ap ou Residência Médica	C-Ap	C-Ap (p. EF e F)	XXX	XXX
CT Perman. planej. 6 anos	C-EMOI CPO: RRm ➔ SAM Habilit. especif.: 4 anos Emb/Tropa: 1 ano (como IT e CT)	C-EMOI CPO: RRm ➔ SAM Habilit. especif.: 4 anos Emb/Tropa: 1 ano (como IT e CT)	C-EMOI CPO: RRm ➔ SAM Habilit. especif.: 4 anos	C-EMOI CPO: RRm ➔ SAM Habilit. especif.: 4 anos C-Extr. (pós-grad.) ou C-Ap A Habilit. especif.: 3 anos	C-EMOI CPO + Curso grad. Superior; AA ➔ T
CC	C-Extr. (pós-grad.) Habilit. especif.: 3 anos	C-Extr. (pós-grad.) Habilit. especif.: 3 anos	C-Extr. (pós-grad.) Habilit. especif.: 3 anos	C-Extr. (pós-grad.) ou C-Ap A Habilit. especif.: 3 anos	XXX
CF	Curso Superior Habilit. especif.: 4 anos	Curso Superior Habilit. especif.: 4 anos	Curso Superior Habilit. especif.: 4 anos	Curso Superior Habilit. especif.: 4 anos	XXX
CMG	Habil. especif. 1 ano C-PEM ou equiv	Permanência máxima: 5 anos	Permanência máxima: 5 anos	Permanência máxima: 5 anos	XXX

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

	ÁREA I	ÁREA II	ÁREA III	ÁREA IV	ÁREA V	CARREIRA PÓS GM	Nº DE ALUNOS
C-EMOI p/correspondência	PPM	EEM, Liderança, Adm. Naval, Logística e Mobilização, Adm Financeira, Contabilidade, Orçamento e Abastecimento	Direito, Inteligência	Operações Navais, GE, Sensores e Mísseis, Guerra NBQ, Emprego da Aviação e CNTM	XXX	CT c/7 a 09 anos de carreira	427
C-EMOI presencial	PPM	EEM	XXX	XXX	XXX	CT do CA, CFN, e CIM e do QC	61 (3 turmas/ano)
Concurso p/C-EMOS/C-Sup	PPM	Serviço de Intendência, Administração, Logística e Mobilização, e Economia	Política e Relações Internacionais, Aspectos do Poder Marítimo, Inglês, História, Geografia, e Inteligência	Operações	Operações de FN	CC 13 a 14 anos	395 (Inscritos p/2000)
C-EMOS	PPM	Administração Naval Logística EEM	Política, Estratégia Inteligência, Relações Internacionais e Direito	Operações Navais e Jogos de Guerra	Operações da ForDbq e Terrestres de Caráter Naval; Temas Navais de alto nível	CC/CF 14 a 16 anos	70
C-Sup	PPM	Adm. Naval Logística EEM Atividades de Apoio Jogo de Empresas/OMPS	Política, Estratégia Inteligência, Relações Internacionais e Direito	Operações Navais e Jogos de Guerra	Operações da ForDbq e Terrestres de Caráter Naval;	CC/CF 14 a 16 anos	61
C-Sup p/correspondência	XXX	Auxílios à tomada de decisão; Adm. Naval, Sist. de Adm. e Planejamento de alto nível da Marinha*, Ciência e Tecnologia*	Aspectos do Poder Marítimo Estratégia* e Política	XXX	XXX	CC/CF 14 a 16 anos (* = ensaios)	101 (T, EN, MD, CD, S e CN)
C-PEM	XXX	Sistemas Administrativos, Conjuntura Econômica e Mobilização	Política, Relações Internacionais, Estratégia, Política Marítima, Assuntos Psicossociais, Política Naval e Trabalhos Individuais	Poder Naval	XXX	CMG 23 a 25 anos	41
INSTRUTORES	Of. Ativa = 04 Of. RRm = 08	Of. Ativa = 03 Of. RRm = 04	Of. Ativa = 04 Of. RRm = 06	Of. Ativa = 09	Of. Ativa = 04	Total = 24 ativa 18 RRm	Total: 754

MARINHA DO BRASIL ESCOLA DE GUERRA NAVAL

ALOCUÇÃO DE ENCERRAMENTO DO C-EMOS/C-SUP - 1999

Excelentíssimo Sr. Almirante-de-Esquadra SÉRGIO CHAGASTELES, Comandante da Marinha, Exm^o Sr. Almirante-de-Esquadra JOSÉ ROBERTO ACCIOLY FRAGELLI, Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, Exm^o Senhores Almirantes-de-Esquadra Membros do Almirantado, Exm^o Senhores ex-Ministros da Marinha e ex-Diretores desta Escola, Exm^o Senhores Almirantes, Generais e Brigadeiros, Senhores Adidos Navais, Comandantes, Oficiais, Senhoras e Senhores.

Anualmente, há oitenta e cinco anos, a Escola de Guerra Naval repete a sua rotina de transmitir o conhecimento vigente, na Marinha e no país, e o pensamento em curso no mundo, nos campos da ciência política, da estratégia e da tática, das operações navais, da administração e da economia, aos oficiais-alunos, que aqui vêm dos mais diferentes setores da Marinha, para realizarem os seus cursos.

O encerramento do ano letivo é, tradicionalmente, como hoje, uma ocasião em que comemoramos a diplomação dos oficiais alunos dos nossos cursos de altos estudos. É, também, uma ocasião para se refletir sobre os resultados alcançados e, por essa razão, farei breves comentários sobre a condução das atividades acadêmicas em 1999, em face das expectativas e curiosidades suscitadas, devido as alterações nos cursos regulares nos últimos quatro anos.

Antes, porém, cabe ser ressaltado que a Escola de Guerra Naval realiza anualmente seis cursos, sendo dois por correspondência, um exame de âmbito nacional, além de participar de simpósios de âmbito nacional e internacional.

Neste ano, o curso de mais alto nível, o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM), aplicável aos capitães-de-mar-e-guerra, não foi realizado, em virtude de uma reavaliação que a Alta Administração Naval fez de seu posicionamento na carreira. No entanto, foi uma boa oportunidade para que fosse atualizado todo o seu currículo e o seu conteúdo programático para o ano 2000.

As alterações que foram propostas ao Estado-Maior da Armada visaram aprimorar os conhecimentos dos alunos no que concerne aos aspectos da conjuntura nacional e internacional, do planejamento de alto nível da Marinha, em particular do Planejamento Estratégico Naval, e *reforçar o estímulo à criatividade e à discussão das políticas e doutrinas em vigor, visando à evolução do pensamento naval.*

O segundo, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) foi ministrado para trinta e quatro oficiais dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes da Marinha, e para cinco oficiais estrangeiros, das Marinhas da Argentina, dos Estados Unidos da América, da Itália, do Paraguai e do Peru, que certamente sairão desta Escola com uma bagagem maior de conhecimento para o exercício de funções de Estado-Maior e de assessoria de alto nível, notadamente na área de operações navais.

O terceiro, o Curso Superior (C-Sup), foi ministrado para cinquenta oficiais dos Corpos da Armada, de Fuzileiros Navais e de Intendentes da Marinha, que sairão da Escola com uma gama de conhecimentos que os deixará melhor preparados para o exercício de funções de assessoria de alto nível, sobretudo as relacionadas com as atividades de Administração Naval.

Os dois cursos, anteriormente mencionados, que substituíram o antigo Curso de Comando e Estado-Maior (C-CEM), diferem em seus propósitos no tipo de assessoria a que se prestam, ou seja, assessoria de alto nível em operações navais e de alto nível em administração naval, respectivamente.

Observou-se que os assuntos que fundamentam ambos os cursos são da mesma natureza, isto é, a estrutura organizacional da Marinha, as mesmas metodologias de gerência, ou seja, o Processo de Planejamento Militar e o Estudo de Estado-Maior, a mesma metodologia financeira, isto é, o Plano Diretor, e a mesma estrutura de pessoal e de ensino. Isso permitiu o encaminhamento ao Estado-Maior da Armada, de propostas de alteração curricular relativas a esses cursos para o próximo ano, visando otimizar o tempo alocado ao desenvolvimento das disciplinas e priorizar os assuntos que contribuem mais diretamente para os seus propósitos. Dentro desse enfoque foi possível juntar, para os dois cursos, aulas, palestras, conferências e debates, que fossem semelhantes, e aumentar a carga horária das disciplinas de "Estudos de Estado-Maior" e de "Planejamento Militar". Acrescentou-se, ainda, que os oficiais egressos de ambos os Cursos acham-se sujeitos ao exercício das mesmas funções de cunho operacional e administrativo no decorrer subsequente de suas carreiras e que, portanto, devem estar devidamente preparados para exercê-las. A diferenciação curricular entre os dois cursos recairá, essencialmente, nos trabalhos individuais, e nas atividades ligadas aos jogos de guerra e de empresa, e de seus planejamentos.

O quarto, o Curso Superior por Correspondência, aplicável aos oficiais dos Corpos de Engenheiros, de Saúde e Auxiliar da Marinha, foi ministrado a sessenta e três oficiais que se beneficiarão de um melhor preparo para o desempenho de funções de assessoria de alto nível, sobretudo na área de administração.

A Escola de Guerra Naval está avaliando a possibilidade de complementar esse curso com o ensino a distância, de modo que a orientação a ser dada aos cursantes, no que tange ao seu conteúdo programático e a avaliação de provas e ensaios, possa ser feita sem a necessidade de deslocamento dos Oficiais de suas sedes. Embora a EGN já esteja instalando uma rede de comunicações e de computadores que atenderia a tal necessidade, a infraestrutura humana, para realizá-lo, será difícil de obtê-la em um curto prazo.

O quinto, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI), em sua fase presencial, aplicável aos capitães-tenentes de todos os corpos e quadros, teve seu início em 1997, e constituiu-se em um divisor de águas em termos de preparo e qualificação profissional dos nossos Oficiais. Tornou-se um curso com muitas expectativas com relação a seus resultados, devido ao ineditismo em nossa Marinha, em face da ausência de três meses que os Oficiais ficam de suas OM e das despesas decorrentes de suas movimentações para realizá-lo.

Nele enfatiza-se o ensino do Processo de Planejamento Militar, do Estudo de Estado-Maior, e os assuntos ligados à Administração Naval. Também propicia o nivelamento de conhecimentos e a padronização de procedimentos, além de transmitir uma visão ampla de nossa instituição e de ensinar a troca de experiências profissionais entre os próprios oficiais-alunos.

É certo que, ainda, paira em alguns, a incerteza sobre a validade de determinados conhecimentos serem ministrados a oficiais de determinados quadros, que dificilmente estarão envolvidos em planejamentos militares, mas esses oficiais, como técnicos, poderão ser requisitados a prestar assessoria a um estado-maior e, nessa circunstância, os conhecimentos adquiridos serão primordiais para uma melhor qualidade dessa assessoria.

Os comentários favoráveis ao curso, que temos recebidos na Escola de Guerra Naval, de oficiais que já cursaram e de comandantes desses oficiais, fazem-nos crer que foi uma medida muito acertada, a decisão tomada pela Alta Administração Naval de implementá-lo.

Acreditamos que melhores reflexos desse curso serão mais sentidos a partir de 2004, quando as primeiras turmas que realizaram o C-EMOI, fase presencial, vierem realizar o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores ou o Curso Superior. Atualmente, seiscentos e quarenta e sete oficiais já o concluíram, sendo duzentos e setenta e dois neste ano.

Finalmente, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI), por correspondência, que já é tradicional nesta Escola, pois corresponde ao antigo Curso Básico.

Assim como o Curso Superior por correspondência, a EGN, também, estuda a possibilidade de torná-lo um curso de ensino a distância, pois a parte física de instalações de comunicações e computadores já está sendo instalada, mas de igual modo, como já mencionado, teremos a necessidade de uma melhor infra-estrutura humana e administrativa para apoiá-lo. No momento temos quatrocentos e quatorze oficiais realizando esse curso.

Na Escola, neste ano, realizou-se o I Simpósio de estratégia entre as Escolas de Guerra Naval do Brasil e da Argentina. Nele foram tratados quatro temas de especial interesse para ambas as marinhas, quais sejam: Teoria e Manobra de Crises Políticas Estratégicas, Bases para uma Decisão Estratégica, Medidas de Fomento de Confiança Mútua, e Estratégia Operacional.

Igualmente, representantes desta Escola estiveram na Escola de Guerra Naval da Marinha dos Estados Unidos – Naval War College – em dois importantes seminários. O primeiro, com a participação de várias marinhas do continente americano, tratou dos aspectos inerentes ao emprego de regras de comportamento operativo, no âmbito de uma força multinacional. O segundo seminário, que contou com a participação de setenta e três países, que se fizeram representar por Almirantes, discutiu-se temas relevantes relacionados ao emprego do Poder Naval no século XXI.

Somando-se às diversas atividades da Escola de Guerra Naval, mencionamos, ainda, a realização de vários jogos de guerra, com destaque para o jogo OPERATLAN, o de maior importância para a Marinha, e o jogo AZUVER, exercitado em conjunto com as escolas congêneres da Aeronáutica e do Exército.

A Escola de Guerra Naval apoiou, também, a realização de simpósios na área da Diretoria de Assistência Social da Marinha, do Centro de Análises de Sistemas Navais, do curso de planejamento estratégico afeto a gestão contemporânea patrocinado pelo EMA, além de ter cedido as instalações para as reuniões de planejamento da OPERAÇÃO UNITAS XL.

MEUS CAROS OFICIAIS-ALUNOS QUE HOJE SE DIPLOMAM!

Com esse meu relato sobre as atividades de nossa Escola de Guerra naval, no decorrer deste ano, puderam os senhores perceber a multiplicidade e a riqueza dos assuntos que aqui são tratados, o que a torna um centro de ensino de excelência, onde se valoriza a competência profissional e o preparo intelectual.

Neste dia de júbilo, a Escola de Guerra Naval congratula-se com os senhores, Oficiais do Corpo da Armada, do Corpo de Fuzileiros Navais, do Corpo de Intendentes da Marinha e das Marinhas amigas, por atingirem os seus propósitos e por cumprirem, com êxito, mais essa etapa de suas carreiras.

Ao alcançarmos a fronteira do próximo milênio, acredito que é claramente percebida a vizinhança de grandes mudanças por que passa, não só o país, mas o mundo. Não falo apenas no desenvolvimento tecnológico, mas também nas novas técnicas, procedimentos e regras empregadas e utilizadas pelas Marinhas dos diversos países.

A necessidade de mudar tem muito a ver com o que esta Escola faz e vem fazendo durante todos esses anos. Aqui instigamos as mentes, apresentamos o que já foi testado, a doutrina, e, principalmente, caminhos alternativos; incentivamos o gosto pela pesquisa, pela análise racional, enfim, esperamos ter contribuído para a preparação de líderes, daqueles que a Marinha necessita e que fazem o diferencial, que são multiplicadores de cada ação desenvolvida e cuja escassez é percebida, ainda mais, torna-se crítica, em época de rápidas mudanças.

Os senhores, doravante, assumirão novas responsabilidades mercê dos novos conhecimentos adquiridos, da ampliação de suas cultura naval e militar, e por passarem a ser detentores de novas informações que, com certeza, aumentarão as suas capacidades de melhor assessorar no mais alto nível, de planejar operações e a administração, de analisar o emprego de forças, e, principalmente, de exercer futuros cargos de comando e direção. Tenho a firme convicção de que o trabalho aqui efetuado, estritamente direcionado para o melhor preparo profissional dos senhores, logrará o êxito esperado por todos nós.

Cabe, ainda, ressaltar que muito se deve ao apreço de Comandantes, Diretores, Instrutores, Palestrantes e Conferencistas das inúmeras organizações e dados do dia-a-dia de suas administrações, possibilitando aos Oficiais-Alunos, assim, uma melhor análise e avaliação das conjunturas.

Tenho a certeza de termos, todos, cumprido as nossas missões: a EGN por ter proporcionado, aos senhores, as ferramentas necessárias para, em seus setores, desenvolverem uma assessoria de alto nível aos seus Chefes e Superiores; os Senhores por buscarem e obterem, por meio do estudo e da pesquisa o conhecimento necessário para situar a Marinha e o País no cenário mundial vigente.

Porém, conclamo a todos a continuarem na busca incansável de novos conhecimentos, afim de poderem se posicionar, sempre, a frente dos desafios que se lhes apresentarão, e para cujas soluções, a Marinha espera, dos senhores, uma assessoria plena de recursos, segura nos argumentos, profissional e inovadora.

Lembrem-se "nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros foram". Parabéns! Bons ventos e muito êxito!

